

Diretor Responsável - Marcos Santos
Diretor Administrativo - Jean Cássio Rossi
Conselho Editorial - Marcos Santos

Assinaturas: (16) 3373.7373 - jean@jornalpp.com.br
Assinatura Regional: (16) 3373.7373
Whatsapp: (16) 99711.6294

Diagramação: Jocimar Cesar Gava
Circulação Regional - São Carlos, Ibaté e Itirapina
Sucursais São Paulo - Praça Flor de Linho, 30 - Centro Comercial
Alphaville - Barueri - Fone: (11) 4133.0150 - e-mail: sucursal@sucursal.com.br
Best Administrativo e Comércio - Praça Dom José Gaspar, 76 - Conj. 65
República - São Paulo - SP - CEP 01047-010 - Tel: (11) 3259-6051
e-mail: comercial@comercialsaopaulo.com.br
Agências Noticiosas: Folhapress, Reuters, Agência Estado, France Presse

Redação | Publicação - Av. São Carlos, 1799
Centro - São Carlos/SP | CEP 13560-010 | Fone: (16) 3373.7373
E-mail Comercial: jean@jornalpp.com.br
E-mail Redação: redacao@jornalpp.com.br
E-mail classificados: classificados@jornalpp.com.br
PREÇO DO EXEMPLAR
SEMANA: R\$ 3,00 | DOMINGO: R\$ 5,00

www.jornalpp.com.br

A versão
na internet do
Jornal Primeira Página

Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião deste Jornal. Todas as propagandas veiculadas neste jornal inclusivedos classificados são de inteira responsabilidade de seus anunciantes

Cláudio Humberto

“À turminha dos ‘direitos humanos’: não encham o meu saco!”
Governador Cláudio Castro (PL-RJ) sobre operação
policial após ataque a delegacia

Condicionantes enfraquecem inquérito do ‘golpe’

O uso impressionante de expressões condicionantes ao longo das 884 páginas do relatório final do “inquérito do golpe”, da Polícia Federal, revela uma certa insegurança sobre a narrativa oficial. Palavras como “possível” e suas variantes são vistas 207 vezes no documento. Somente a expressão “possibilidade” pode ser lida 47 vezes. “Teria” ou “teriam”, usadas pelos que não têm certeza sobre a ocorrência de algum fato, aparecem 107 vezes. “Hipótese” ou “hipotética”, 25 significativas vezes.

Lembrando Porcina

A palavras “golpe” é a mais usada no inquérito que tenta incriminar Jair Bolsonaro. A referência àquilo que foi sem ter sido aparece 372 vezes.

Parece, mas não é

Por 25 vezes a PF usou “suposta”, “suposto” ou “supostamente” no inquérito. “Que parece que” ou “ao que parece”, três vezes.

Só do Judiciário

Curiosamente, a palavra “ditadura” foi citada apenas uma vez, e para se referir a “ditadura do Judiciário”.

Nomes ao vento

O sobrenome Bolsonaro acumula 535 registros. É mais do que “Lula”, 190 vezes, e “Alexandre de Moraes”, 189 repetições.

Governo já torrou R\$27 milhões com viagens em 2025

As contas públicas estão no vermelho, mas o governo Lula (PT) não se acanha e já conseguiu torrar somente até 7 de fevereiro, portanto, nos primeiros 38 dias do ano, R\$26,96 milhões com passagens aéreas e diárias pagas a suas excelências que tanto viajam, e alguns até turistam. Até a última atualização, pouco mais da metade das despesas foi destinada ao pagamento dessas diárias. O total de despesas com viagens inclui mais de R\$3,8 milhões com viagens internacionais.

Na nossa conta

O governo do PT bateu recordes seguidos de gastos com viagens: R\$2,3 bilhões em 2023 e R\$2,2 bilhões em 2024, os maiores da História.

Ministro gastão

Em 2025, até agora, o campeão em gastos com viagens é o ministro Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário). Já torrou mais de R\$33 mil.

Nas asas do erário

Deputado licenciado do PT-SP, Paulo Teixeira privilegia viagens às suas

bases, claro. Em janeiro, chegou chegando em Piracicaba (SP).

Posição clara

Jair Bolsonaro desmentiu a teoria de que é contra o impeachment do presidente Lula (PT) como estratégia para “sangrar” o petista. “Se cometeu crime, tem que pagar agora”, disse o ex-presidente à CNN, e garante: “se pintar um clima, estamos na rua pró-impeachment”.

Antipropaganda

A Secom está em alerta com as agendas públicas de Lula esta semana. Com ressaca do devastador Datafolha, há expectativa de que o petista derrape em declarações incendiárias e gere nova crise.

Por nossa conta

O deputado Gustavo Gayer (PL-GO) cobra explicações de Marina Silva (Meio Ambiente) sobre o vai-e-vem de servidores do Ibama às custas do pagador de impostos. A coluna revelou domingo 10 mil viagens em 2024.

‘Institucional’

Lula irá nesta quarta (19) ao convés com ministros do Supremo, reforçando um tipo de relação que não se vê mundo afora. A boca livre será oferecida pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso.

Importunação de emas

É perto de zero a chance de dar alguma coisa, mas Kim Kataguirí (União-SP) acionou a PGR contra Lula após o petista dizer que come ovos de ema. O deputado vê “confissão de crime ambiental” de Lula.

Deixa que eu deixo

A Fazenda não acredita em votação do Orçamento até 22 de março, quando deveria divulgar o primeiro relatório de receitas e despesas. Se o Congresso não votar, o governo não precisa divulgar o documento.

Carnaval logo ali

Líderes partidários têm reunião nesta terça (18) com Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado, para tratar do rateio das presidências das comissões permanentes da Casa, onde o ano ainda nem começou.

Os nossos, não

Donald Tusk, primeiro-ministro da Polónia, umas das nações que mais pediu interferência da Otan na Ucrânia, avisou que seu país não enviará tropas para a guerra. Apenas apoio “humanitário, logístico e militar”.

Pensando bem...

...pesquisa ruim vira prenúncio ou anúncio.

Artur Marques*

Municípios podem liderar avanços do Estado e valorização dos servidores

Este ano, com o início dos novos mandatos de prefeitos e das legislaturas das câmaras de vereadores em todos os municípios brasileiros, é essencial enfatizar os desafios e oportunidades que marcam a administração pública. As demandas prioritárias, que foram temas recorrentes das campanhas eleitorais em 2024, incluem a melhoria da educação básica, com iniciativas que promovam igualdade de oportunidades para crianças e jovens, e o fortalecimento do sistema de saúde, assegurando que seja acessível, eficiente e resiliente. Como os municípios têm responsabilidades diretas nessas áreas, suas gestões precisam ser proativas, assertivas e inovadoras nesses dois campos.

Outra questão urgente, sob a alçada mais específica dos estados e da União, é a segurança. Políticas que protejam os cidadãos, combatam a violência, desbanquem o crime organizado e garantam os direitos fundamentais são imprescindíveis. Além disso, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável exigem esforços integrados entre todas as esferas de governo, incluindo as prefeituras, que desempenham papel fundamental na execução de projetos locais.

No entanto, o êxito de qualquer política pública está intrinsecamente ligado à valorização dos servidores. Não há governança eficiente sem profissionais capacitados e motivados. Os funcionários, especialmente os estatutários, são a espinha dorsal da administração estatal, garantindo a implementação de ações e o atendimento à população de maneira imparcial e técnica. Seu justo reconhecimento pelos brasileiros é uma necessidade estratégica para que o País alcance seus objetivos de desenvolvimento social e econômico.

Os servidores estatutários, contratados por meio de concursos públicos que premiam mérito e competência, asseguram que o Estado

funcione de maneira institucional e democrática, independentemente de qual partido esteja no poder. São eles que viabilizam as prioridades em educação, saúde, segurança, previdência social e outros serviços essenciais ao bem-estar da população.

Nesse contexto, a estabilidade dos funcionários estatutários revela-se como um pilar de defesa da própria sociedade. Impede que, em momentos de transição política, os quadros técnicos sejam substituídos por critérios partidários, comprometendo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Imaginem o caos administrativo que seria se, nos 5.568 municípios brasileiros, servidores capacitados pudessem ser demitidos e substituídos por indicações políticas a cada troca de governo, como ocorre este ano nas cidades. A estabilidade, portanto, protege o interesse público e assegura que o Estado continue operando em benefício da população, mesmo diante de mudanças políticas e ideológicas.

É fundamental que em 2025, a partir dos novos mandatos nas prefeituras e câmaras de vereadores, consolide-se uma cultura de maior eficiência estatal, promovendo-se serviços mais ágeis, modernos e eficazes. Tal avanço passa, necessariamente, pela valorização dos servidores públicos e o reconhecimento do caráter essencial de sua contribuição ao desenvolvimento de um país funcional e justo. Os municípios, como esfera de governo mais próxima do cidadão, têm a responsabilidade e a oportunidade de liderar pelo exemplo, mostrando que o investimento em profissionalismo, planejamento e inovação pode transformar a realidade das cidades e inspirar mudanças em todo o Brasil.

*Artur Marques é o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP).

José Renato Nalini*

Tudo ao contrário

Parece existir uma conspiração contra a humanidade, quando se constata que governos, responsáveis pela coordenação do convívio em sociedade, adotam medidas contrárias ao interesse das pessoas.

É o que acontece no Brasil, por exemplo, quando o governo federal reduz verba contra desastres. Não foi suficiente um 2024 que foi o mais quente da história, marcado por tragédia climática no Rio Grande do Sul, queimada no pantanal, seca histórica na Amazônia, para robustecer as estratégias de enfrentamento das emergências do tempo. Não. A verba federal destinada a gestão de riscos e desastres tem uma verba reduzida em duzentos milhões de reais.

Exatamente no ano em que o Brasil sediará a COP 30, a trigésima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Belém, no próximo novembro, o cenário é de estrangulamento financeiro.

Incrível que não faltaram verbas para Fundo Partidário e Fundo Eleitoral, para emendas PIX, para orçamento secreto, para atender demandas paroquiais de parlamentares, para viagens, para excesso de assessorias nos convêscotes internacionais. Mas para o que interessa, falta dinheiro.

Também é surreal o empenho do governo

federal em insistir na exploração de petróleo na Foz do Amazonas. No ano em que o Acordo de Paris foi descaradamente descartado, pois a temperatura aumentou 1,6°C, quando só poderia aumentar – no máximo – até 1,5°, a descarbonização é um discurso vazio.

Uma lástima. Assim como marcar prazo para acabar com a criminalidade, pois a tal equívale estabelecer o ano de 2030 para o desmatamento zero, não se insiste na arborização de todos os espaços, na implementação do saneamento básico para milhões de brasileiros dele desprovidos, tudo parece estar de sinal contrário num Brasil de discursos estereis e de práticas miseráveis.

Por isso é que as entidades subnacionais – Estados membros e municípios – têm de assumir um heroico protagonismo. Confiar na União é desperdiçar sonhos e enfrentar o pesadelo numa nação que teria tudo para deixar a condição de “Pária Ambiental” e ser a promissora esperança de um mundo sustentável e propiciador de melhor qualidade existencial.

*José Renato Nalini é Reitor da UNIREGISTRAL, docente da Pós-graduação da UNINOVE e Secretário-Executivo das Mudanças Climáticas de São Paulo.